

I

OBJETO DO PEDIDO

1. O edital descreve o objeto licitado da seguinte forma:

"(...) contratação de empresa especializada em sistema de ensino com fornecimento de material pedagógico, treinamento e suporte continuado para docentes, destinados aos alunos e professores da rede municipal de ensino de Navegantes/SC (...)"

2. Participaram da fase inicial desta Concorrência as licitantes: Editora Positivo Ltda.; a SEFE – Sistema Educacional Família e Escola Ltda. e a Editora Ática S.A.

3. Após a sessão de abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação, o Presidente da Comissão de Licitação indagou sobre a existência de eventuais questionamentos sobre a documentação das empresas participantes, **oportunidade em que a ora recorrente registrou que a empresa Ática apresentou cópia da Certidão de Tributos Estaduais, sem a devida autenticação**, sendo que tal certidão não fora obtida através da internet, não sendo possível, portanto, confirmar sua autenticidade, ou seja, verificar as informações pertinentes, em sítio oficial.

Frise-se que, apenas na hipótese de emissão de documentos pela internet, estaria dispensada a autenticação da referida CND, de acordo com o item 4 (Observação "b"), do edital. Isso porque, quando a certidão é emitida pela internet, essa confirmação – no próprio sítio eletrônico do órgão expedidor do documento –

deve ser sempre realizada, pois é por meio dessa consulta que, nas licitações, a Administração avaliará a possibilidade de habilitar ou não o licitante.

4. Todavia, quando o documento não é emitido pela internet, como foi o caso da Certidão de Tributos Estaduais, apresentada pela recorrida, ou ela deve ser entregue em sua versão original ou em cópia autenticada, como preceitua o art. 32 da Lei nº 8.666/93, a saber: ***Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)***”.

Aliás, o documento entregue pela Ática, para fazer prova de regularidade com a Fazenda Estadual, foi emitido manualmente, como pode ser verificado pela oposição da assinatura ao final da certidão. Ademais, não há indicação de nenhum código para verificação eletrônica de autenticidade, motivo pelo qual insurge-se a ora recorrente contra a habilitação daquela empresa, em decorrência da apresentação de documento não autenticado.

5. Assim, como é de conhecimento dos participantes do certame, a Editora Positivo Ltda. registrou em Ata o descumprimento do edital, por parte da recorrida, em especial dos subitens 4.2.4 e 4.6, “B” e “C” do ato convocatório. Uma vez que o edital prescrevia que apenas as cópias de documentos obtidos através da internet, não precisariam ser autenticados, e que documentos poderiam ser autenticados por funcionário do município, a partir do original, desde que até às 17 horas do dia útil anterior à data marcada para o certame, responsabilizando-se as empresas interessadas caso os atendimentos não suprissem a demanda, e, ainda, que a recorrida não apresentou documentação original, para suprir sua falha, impõe-se a sua imediata inabilitação. Ora, repita-se, novamente: a Ática não apresentou a

Certidão autenticada, tampouco apresentou a documentação original. Diante disso, conduta diversa da exigida no edital configura afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

O edital tem força vinculante a todos os licitantes, não sendo facultado à Administração Pública usar de discricionariedade para desconsiderar determinada exigência do ato convocatório. A vinculação dos participantes aos exatos termos estipulados no edital é, pois, princípio fundamental do procedimento licitatório. Sobre este ponto, cabe inclusive transcrever a lição do saudoso Mestre HELY LOPES MEIRELLES acerca do Edital, segundo o qual:

"A vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu (art. 41)" ("in" "Direito Administrativo Brasileiro", Malheiros Editores, São Paulo, 29ª ed., 2004, p. 268). "

Nesse sentido, também é a jurisprudência dos Tribunais Superiores:

"5. O princípio da vinculação ao edital restringe o próprio ato administrativo às regras editalícias, impondo a inabilitação da empresa que descumpriu as exigências estabelecidas no ato

convocatório." (REsp 595079/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, 2ª Turma, STJ, DOU 15/12/2009)"

Por essa razão ***"Licitante que deixar de fornecer, dentro do envelope de habilitação, quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido no ato convocatório ou com irregularidades será considerado inabilitado"***. (Licitações & Contratos. Orientações e Jurisprudência do TCU. 4ª ed. revista, atualizada e ampliada. p. 469. Brasília, 2010).

6. A Comissão de Licitação, por meio de Ata Complementar divulgada em 12/11/2018, informou que *"após ampla pesquisa feita pela comissão, baseada no princípio da supremacia do interesse público, economicidade, razoabilidade e proporcionalidade, e das jurisprudências dos tribunais pátrios, decide manter habilitada a empresa editora Ática"*.

No entanto, não é o que se observa em pesquisas realizadas em decisões judiciais. Vejamos o Voto do Relator Daniel Paes Ribeiro, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no Agravo de Instrumento nº 2006.01.00.037232-2/DF, cuja Ementa é ***"Processual Civil e Administrativo. Licitação que, em desacordo com o edital, apresenta documento sem autenticação ou reconhecimento de firma. Inabilitação"***:

Para a concessão da liminar em Mandado de Segurança, torna-se necessária a perfectibilização de dois requisitos, quais sejam, a plausibilidade do direito argüido pela parte autora, bem como o risco da demora da prestação jurisdicional.

Analiso, pois, o primeiro dos requisitos.

Na hipótese, observo que inexistente direito líquido e certo à desconsideração de texto expresso da Lei 8.666/93, bem como de regra

do edital do certame, sob pena de violação aos princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do devido tratamento isonômico entre os licitantes.

Com efeito, destaque-se que o art. 32, da Lei 8.666/93, é inequívoco ao dispor acerca da apresentação dos documentos referentes à habilitação, nestes termos:

"Art. 32. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por serviço da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial."

Tal dispositivo foi reiterado pelo edital da presente licitação, consoante se pode observar do trecho a seguir transcrito (...):

Assim, uma vez cientes das obrigações que lhe foram imputadas para a habilitação no certame, as regras vinculam as licitantes e a própria Administração, devendo esta exigir o estrito cumprimento das exigências, impossibilitando-a de desconsiderar falhas cometidas, sob o pretexto serem de pequena monta e/ou de fácil conferência.

Muito embora exista construção doutrinária referente à falha fortuita, bem como seja adequada a verificação da razoabilidade e proporcionalidade dos atos administrativos, cumpre observar que tais institutos não podem ser considerados indiscriminadamente com o intuito tornar ineficazes as regras constantes no ordenamento jurídico, uma vez que ensejaria violação ao princípio da legalidade, na medida em que possibilitaria o reiterado descumprimento das determinações legais.

(...)

Assim, ausente a plausibilidade do direito argüido.

Ante o exposto, INDEFIRO A LIMINAR PLEITEADA.

7. No caso em questão, a Comissão de Licitação estava diante de uma licitante que não havia feito, validamente, a prova documental exigida na fase da habilitação, para a regularidade com a Fazenda Estadual. Sendo assim, não pode

tratar desigualmente as participantes do certame, beneficiando a recorrida com a superação de falha que ela própria ocasionara. Por essa razão, se a Ática deixou de apresentar a prova válida, exigida no edital, no momento oportuno, nada mais resta à Comissão do que inabilitá-la.

Invocar o princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, para justificar a falha cometida pela recorrida, utilizando-os indiscriminadamente com o intuito de tornar ineficazes as regras constantes no ordenamento jurídico, constitui violação a outros princípios de igual importância, como a da legalidade e da isonomia, além de afetar a segurança jurídica das relações, o que impede as licitantes de confiar nos atos públicos emanados da autoridade, possibilitando, ainda o reiterado descumprimento das determinações legais.

8. Ora, a Ática não apresentou comprovação de atendimento à exigência em discussão. A finalidade de se exigir a apresentação da documentação de habilitação em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial é exatamente permitir à Administração grau de certeza e confiança no que tange às informações prestadas pelas licitantes.

A respeito do assunto, inclusive, Marçal Justen Filho leciona: *"deve-se entender que também se admite a cópia (desde que autenticada). Como regra, a ausência de autenticação desqualifica o documento. O interessado tem o dever de apresentar documento autenticado. Ainda quando a exigência não constituir em formalidade que se exaure em si própria, trata-se de dever que recai sobre as partes no exercício de seu direito de licitar."*¹

1 JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 13 ed. São Paulo: Dialética, 2009, p. 467. Destacamos.

Em situação análoga, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo reputou válida a inabilitação de empresas que apresentaram cópia simples do balanço patrimonial:

"A licitação, na modalidade Tomada de Preços nº 013/2009, contou com a participação de 07 (sete) proponentes.

Foram inabilitadas 02 (duas) licitantes: Esatta Engenharia Ltda., por apresentar certidão negativa de falência ou recuperação judicial com prazo de validade vencida (item 5.2.11 do edital); R & B Construção e Manutenção Ltda., por apresentar a prova de regularidade para com o FGTS e certidão de falência ou recuperação judicial vencidas (itens 5.2.7 e 5.2.11 do edital) e por apresentar o balanço patrimonial em cópia simples sem autenticação (item 5.2.20 do edital).

(...)

VOTO

*(...) sendo que as duas inabilitações verificadas decorreram da não apresentação de documentos expressamente adequadamente exigidos pelo edital, na forma prevista na Lei de Licitações."*²

9. Portanto, esta Comissão deveria ter mantido a inabilitação da empresa Ática, pois apresentou cópia sem autenticação de documento exigido no edital, contrariando a lei e o instrumento convocatório.

Assim, mais uma vez, solicita-se a inabilitação da referida, pelas razões acima aduzidas.

2 TCE/SP, TC-001118/007/09, Primeira Câmara, Relator CONSELHEIRO EDUARDO BITTENCOURT CARVALHO, j. em 24.08.2010.

II

PEDIDOS

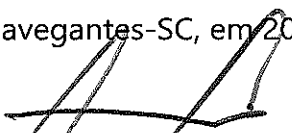
Diante do exposto, e do muito que certamente suprirão os doutos conhecimentos de Vossa Senhoria, respeitosamente, requer-se:

- a) O recebimento do presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, por ser tempestivo;
- b) Seja decidido pela **INABILITAÇÃO** da **ÁTICA S.A.**, no presente certame, uma vez que tal empresa não demonstrou o atendimento integral dos requisitos previstos pelo edital licitatório, mormente com relação à Certidão Negativa de Tributos Estaduais.

Termos em que,

Pede-se deferimento.

De Curitiba-PR para Navegantes-SC, em 20 de novembro de 2018.


Ivaldo Belizário

Diretor Executivo

Editora Positivo Ltda.


Cassiana de Almeida Cezar Farkuh
Coordenadora de Licitações e Contratos